



# Câmara Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PARECER Nº:** 030/2005.

**ASSUNTO:** Análise e emissão de parecer jurídico acerca do teor normativo do Projeto de Lei que dispõe sobre alteração do artigo 4º da Lei 2.116/2005.

**CONSULENTE:** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guanhões/MG.

## *Relatório*

Trata-se o presente, de consulta encaminhada pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Guanhões, visando a análise e a emissão de parecer jurídico, em termos de orientação quanto a legalidade e possíveis vícios que contenham o projeto de Lei acima referido.

O projeto de Lei, de iniciativa do executivo, visa a aprovação por esta casa, do projeto de lei acima referido, que permite o remanejamento do orçamento municipal vigente para o exercício de 2005.

Para análise e parecer faz-se presente o referido projeto de Lei.

Por ser breve, este é o relatório.

## *Fundamentação*

O citado projeto de lei é de competência concorrente dos vereadores, comissões, mesa diretora e prefeito municipal, nos termos vigentes pela atual LOM, detendo, portanto, competência para apresentação de projeto de lei cujo teor ora é trazido à apreciação, ou seja, concessão de benefícios aos servidores, já aprovado por esta Casa.

Diante disto, o mesmo apresenta o referido projeto de Lei, visando alteração da lei 2.116/2005, para especificar as alterações orçamentárias.



# **Câmara Municipal de Guanhães**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Contudo, entendemos que a devida autorização já foi dada na própria norma que se pretende alterar, portanto, desnecessária a norma ora em análise.

Porém destacamos que a aprovação da presente lei não afronta qualquer norma legal, pois simplesmente complementa a norma antiga, detalhando-a em termos estritos, o que poderia ser feito através de Decreto específico.

Sendo estas as considerações, passa-se à conclusão.

### ***Conclusão***

---

Posto isso, opinamos pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei 028/2005, que altera o orçamento municipal, para fins de atendimento ao teor da Lei Municipal 2.116/2005, estando o mesmo sem vícios legais que impeçam a sua aprovação, nada obsta pela votação favorável ao referido projeto, por esta augusta Casa Legislativa.

Salvo melhor juízo, é como parece a questão.

Guanhães, 10 de agosto de 2005.

  
**Daniel Saunders Rodrigues**  
**Consultor Jurídico**